



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CARUARU. CONVOCADA PELO GABINETE DO VEREADOR BRUNO LAMBRETA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU. Ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, em ambiente presencial da Câmara Municipal de Caruaru-PE – Casa Jornalista José Carlos Florêncio, sob presidência do **Vereador Bruno Lambreta, Presidente da Câmara Municipal de Caruaru.** Presentes também as seguintes personalidades: o **Senhor Severino Antônio – Controlador-Geral do Município de Caruaru;** a **Senhora Andreza Ribeiro – Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Caruaru;** o **Senhor Gilvan George Galvão – Consultor do CESPAM;** a **Vereadora Perpétua Dantas;** o **Senhor Daniel Barbosa – Contador do CESPAM;** a **Senhora Vanúzia Peixoto – Gerente de Orçamento da SEPLAG;** **Yuri Tiburtino – Secretário Executivo de Planejamento;** o **Vereador Anderson Correia – Propositor da presente audiência pública e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.** Presente o estagiário membro da Consultoria Jurídica Legislativa Moacir Eduardo. Iniciado às 10h. **Saudando os presentes, o Presidente Bruno Lambreta** deu início aos trabalhos desta audiência pública, saudou todos os presentes e iniciou sua fala ao mencionar o Vereador Anderson Correia, que cumprimentou todos os presentes e citou alguns importantes pontos acerca da audiência em andamento. Logo após, o Presidente Bruno Lambreta ressaltou a importância da fala do Vereador Anderson Correia e afirmou a necessidade de se ausentar, convidando-o para assumir a presidência da presente audiência. Dando continuidade à audiência, o Vereador Anderson Correia passou a palavra ao Senhor Gilvan George Galvão – Consultor da CESPAM. Em sessão da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), presidida pelo Presidente da CFO, foi iniciada a apresentação das disposições legais e da estrutura do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, tendo como fundamento os compromissos estabelecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A abordagem principal destacou o eixo da gestão territorial e as melhorias destinadas ao fortalecimento e à manutenção dos espaços públicos, bem como as metas estabelecidas para o ano de 2025. Entre as prioridades mencionadas, foram ressaltadas a otimização da sustentabilidade financeira do município, a promoção da transparência na gestão atuarial, a manutenção da qualidade no atendimento aos pensionistas, e o fomento à participação social nas obras públicas. Ademais, foi destacado o aprimoramento das parcerias público-sociais como uma estratégia central na execução dessas metas. Em seguida, o Presidente da CFO passou a detalhar o Anexo de Metas Fiscais e os Riscos Fiscais Demonstrativos que integram o projeto da LDO. Foram salientados os parâmetros e as fontes de informação utilizadas, com destaque para o Relatório de Mercado e a Nota Técnica da Consultoria da Comissão de Orçamento e Finanças (CMO), que orientam a aplicação das metas fiscais em nível nacional. Durante a apresentação, foram pontuados os parâmetros que compõem as projeções de crescimento do PIB para os próximos anos e os valores

projetados de receitas e despesas para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, comparados com as despesas realizadas em 2022 e 2023, além das previstas para 2024. O conceito de riscos fiscais foi explanado, com ênfase nas situações excepcionais que poderiam demandar a utilização da reserva de contingência do município. O anexo das obras em execução, conservação e novos projetos relativos ao patrimônio municipal foi apresentado, com a devida publicidade aos textos legais dos referidos projetos, ressaltando a importância da participação dos cidadãos no acompanhamento dessas iniciativas, conforme determinado pela Constituição Estadual. Concluída essa parte da apresentação, a palavra foi devolvida ao Presidente da mesa, que então passou a palavra à Secretária da Fazenda, Andreza Ribeiro. A Secretária retomou as discussões e, posteriormente, a palavra foi concedida ao Controlador do Município, Severino Santos, que, por sua vez, repassou a fala novamente para Ribeiro. A Sra. Ribeiro pontuou brevemente sobre a importância da manutenção dos ODS no contexto municipal. O Presidente da mesa então abriu espaço para perguntas, iniciando os procedimentos de conclusão. Ele reiterou a importância de tornar públicos os ditames da LDO e, após os devidos agradecimentos e explicações finais, concedeu a palavra à Vereadora Perpétua Dantas. A reunião foi encerrada às 10h57, após as considerações da Vereadora. Considerações finais das autoridades presentes, e do Presidente ad hoc da presente Audiência Pública, que nos termos do art. 304 do R.I determinou a lavratura e arquivamento da presente, contendo os pronunciamentos escritos e documentos que acompanham, sendo admitido o traslado de cópias ou o fornecimento destas aos interessados. Não havendo nada mais a tratar, o Sr. **Bruno Lambreta** encerrou a presente reunião. Para fins de direito, eu, Moacir Eduardo, estagiário de direito sob a supervisão do servidor técnico legislativo Clayton Silva Barbosa, lavrei e li a presente ata que vai por mim assinada e pelos vereadores. Caruaru-PE, 21 de agosto de 2024.

Vereador Bruno Lambreta